



INQUÉRITO POLICIAL

15ª edição: Revista, atualizada e ampliada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA



“

Nessa obra, abordaremos os principais **aspectos** do **Inquérito Policial**. Trata-se de tema volumoso, mas que não exige mais que uma boa leitura atenta.

”

Sumário

Capítulo I - Disposições Preliminares	07
Seção I - Disposições introdutórias	07
1. Fases da persecução criminal (localização do tema).....	07
2. Conceito, finalidade e natureza jurídica do inquérito policial.....	07
3. Origem do inquérito policial (evolução histórica).....	07
4. Classificação das funções policiais.....	08
5. Funções do inquérito policial.....	08
6. Valor probatório dos elementos colhidos no inquérito policial.....	09
7. Vícios do inquérito policial.....	09
Seção II - Presidência do inquérito policial	09
1. Disposição legal.....	09
2. Conceito de autoridade policial.....	09
3. Jurisdição x circunscrição (competência x atribuição).....	09
4. Critérios de definição das atribuições da autoridade policial.....	10
4.1 Critério material (“ratione materiae”).....	10
4.1.1 Definição da polícia com atribuição para conduzir a investigação.....	10
4.1.2 Definição do órgão policial encarregado da investigação.....	10
4.1.3 Invasão de atribuições.....	10
4.2 Critério territorial (“ratione loci”).....	11
4.3 Critério em razão da pessoa (“ratione personae”).....	11
5. Atributos da autoridade policial na condução do inquérito policial.....	11
6. Natureza / características das funções de polícia judiciária.....	12
7. Perda ou transferência de titularidade do IP.....	12
8. Remoção.....	12
Seção III - Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO)	12
1. Previsão legal.....	12
2. Conceito de termo circunstanciado (de ocorrência).....	12
3. Conceito de infração de menor potencial ofensivo.....	12
4. Inaplicabilidade do termo circunstanciado.....	13
5. Atribuição para lavratura do termo circunstanciado.....	13
6. Autor do fato.....	14
7. IMPO não-transeunte.....	14
8. Possibilidades em caso de estado flagrancial.....	15
8.1 Identificação das situações de flagrância.....	15
8.2 Identificação das fases do flagrante e seus legitimados.....	15
8.3 Regra geral.....	15
8.4 Usuário de drogas.....	15
9. Violência doméstica.....	16
10. Arquivamento do termo circunstanciado.....	16
Seção IV - Investigações extrapoliciais	16
1. Investigações promovidas pelo Inquérito policial militar.....	16
2. Investigações promovidas pelas Comissões Parlamentares de Inquérito.....	17
3. Investigações promovidas pelo Inquérito Civil.....	17
4. Investigações promovidas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).....	17
5. Investigações promovidas pelo Banco Central do Brasil (BC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).....	17
6. Investigações promovidas pelo Poder Judiciário, em seus membros.....	17
7. Investigações promovidas pelo Ministério Público, em seus membros.....	17
8. Investigações promovidas pela Polícia legislativa do Congresso Nacional.....	17
9. Investigações promovidas pelo Inquérito Policial de Expulsão.....	17
10. Investigações promovidas em acidentes e incidentes aeronáuticos.....	17
11. Investigações promovidas por Agentes da Administração Pública.....	18
12. Investigações promovidas por Agentes Florestais.....	18
13. Investigações promovidas pela defesa.....	18
Seção V - Atribuições do Ministério Público relacionadas à persecução criminal	18
1. Funções institucionais atribuídas pela CRFB ao Ministério Público.....	18
2. Participação do MP na investigação promovida pela Polícia.....	18
3. Investigação promovida pelo Ministério Público.....	18

Capítulo II - Características do Inquérito Policial	20
1. O inquérito policial é um procedimento instrumental (instrumentalidade)	20
2. O inquérito policial é um procedimento filtro (filtragem)	20
3. O inquérito policial é um procedimento escrito (formalidade)	20
4. O inquérito policial é um procedimento oficial (oficialidade)	20
5. O inquérito policial é um procedimento obrigatório à autoridade policial (obrigatoriedade)	20
6. O inquérito policial é um procedimento dispensável (prescindível) ao Ministério Público (dispensabilidade)	20
7. O inquérito policial é um procedimento substituível pelo Termo Circunstanciado	21
8. O inquérito policial é um procedimento oficioso (oficiosidade)	21
9. O inquérito policial é um procedimento sistêmico (sistematicidade)	21
10. O inquérito policial é um procedimento indisponível à autoridade policial (indisponibilidade)	21
11. O inquérito policial é um procedimento sigiloso (sigilosidade ou sigilação)	21
11.1 Delineamento legal	21
11.2 Classificação do sigilo do inquérito policial	22
11.3 Acesso do advogado ao inquérito policial	22
12. O inquérito policial é um procedimento temporário (temporiedade) ou transitório (transitoriedade)	23
13. O inquérito policial é um procedimento inquisitivo (inquisitividade ou inquisitorialidade)	23
14. O inquérito policial é um procedimento discricionário (discricionariedade)	24
Capítulo III - Desenvolvimento do Inquérito Policial	25
Seção I - “Notitia Criminis”	25
1. Conceito	25
2. Espécies de “notitia criminis”	25
2.1 “Notitia criminis” de cognição direta ou imediata.....	25
2.2 “Notitia criminis” de cognição indireta ou mediata	25
2.2.1 “Notitia criminis” x “delactio criminis”	25
2.2.2 Classificação da “delactio criminis”	25
2.3 “Notitia criminis” de cognição coercitiva.....	26
3. “Notitia criminis” x queixa-crime – distinção	26
4. Denúncia anônima (delação apócrifa ou notícia inqualificada)	26
Seção II - Início do inquérito policial	26
1. Nos crimes de ação penal de iniciativa pública incondicionada (art. 5º, I e II, CPP)	26
2. Nos crimes de ação penal de iniciativa pública condicionada (art. 5º, §4º, CPP)	26
3. Nos crimes de ação penal de iniciativa privada (art. 5º, §5º, CPP)	27
Seção III - Peças inaugurais do inquérito policial	27
1. Portaria (art. 5º, I, CPP)	27
2. Requisição do Ministério Público ou do Juiz (art. 5º, II, CPP)	27
3. Requerimento (art. 5º, II, §§2º e 5º, CPP)	27
4. Representação do ofendido ou de seu representante legal (art. 5º, §4º, CPP)	28
5. Auto de prisão em flagrante (APF)	28
Seção IV - Atos de investigação e de polícia judiciária	29
Subseção I - Ajuste terminológico	29
Subseção II - Procedimentos previstos no art. 6º do CPP	29
1. Conservação do local do crime (inc. I)	29
2. Apreensão de objetos (inc. II)	29
3. Coleta de todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias (inc. III)	30
4. Oitiva do ofendido e das testemunhas (inc. IV)	30
5. Interrogatório do indiciado (inc. V)	31
6. Reconhecimento de pessoas e de coisas (inc. VI, 1ª parte)	32
7. Acareações (inc. VI, 2ª parte)	33
8. Perícias (inc. VII)	33
9. Identificação criminal do indiciado (inc. VIII)	33
10. Averiguação da vida pregressa do indiciado (inc. IX)	34
11. Coleta de informações sobre existência de filhos (inc. X)	35
Subseção III - Outros procedimentos previstos no CPP	35
1. Reprodução simulada dos fatos (art. 7º, CPP)	35
2. Colaboração com o Poder Judiciário e Ministério Público (art. 13, I a IV, CPP)	35
3. Requisição de dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos (art. 13-A, CPP)	35
4. Requisição de sinais, informações e outros elementos que permitam localização (art. 13-B, CPP)	35

5. Regularidade das estatísticas oficiais (art. 23, CPP)	35
6. Sequestro de bens (art. 127, CPP)	36
7. Incidente de insanidade mental (art. 149, §1º, CPP)	36
8. Medidas cautelares diversas da prisão (art. 282, §2º, CPP)	36
9. Prisão preventiva (art. 311, CPP)	36
10. Fiança (art. 322, “caput”, CPP)	36
Subseção IV - Procedimentos previstos em legislação extravagante	36
1. Prisão temporária (art. 2º, L. 7.960/89)	36
2. Interceptação telefônica (art. 3º, I, L. 9.296/96)	36
3. Suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor, ou a proibição de sua obtenção (art. 294, Lei 9.503/97)	36
4. Acesso a dados cadastrais do investigado (art. 17-B, L. 9.613/98)	37
5. Quebra de sigilo bancário / financeiro (art. 1º, §4º, LC 105/01)	37
6. Violência doméstica e familiar contra a mulher (arts. 10 a 12-C, L. 11.340/06)	37
7. Procedimentos investigatórios da Lei de Drogas (art. 53, I-II, L. 11.343/06)	37
8. Organização criminosa (art. 3º, L. 12.850/13)	37
9. Ação terrorista (art. 12, L. 13.260/16)	37
10. Violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente (arts. 10 a 14, L. 14.344/22)	37
11. Atribuições genéricas (art. 2º, §2º, L. 12.830/13)	37
Seção V - Formalização dos atos	37
1. Providência anterior à instauração	37
2. Providências para a instauração	38
3. Providências posteriores à instauração	38
Seção VI - Participação do investigado	38
1. Fundamentos principiológicos do direito de defesa no processo penal	38
2. A questão do direito ao contraditório e ampla defesa no inquérito policial	39
2.1 Alcance da ampla defesa no inquérito policial	39
2.2 Alcance do contraditório no inquérito policial	39
3. O Pacote Anticrime e a constituição de defesa no inquérito policial	40
4. Reconhecimento limitado de contraditório e ampla defesa no inquérito policial	40
Seção VII - Indiciamento	41
1. Conceito	41
2. Momento da formalização do indiciamento	41
3. Espécies	41
4. Ato vinculado ou discricionário?	41
5. Ato fundamentado	41
6. Peculiaridades de determinados investigados	41
7. Reflexos do indiciamento para o Ministério Público	42
8. Requisição de indiciamento pelo Ministério Público	42
9. Consequências do indiciamento	42
10. Medida para impedir o indiciamento	42
11. Desindiciamento	42
Seção VIII - Encerramento das investigações	43
Subseção I - Disposições gerais	43
1. Relatório	43
2. Limites da análise da autoridade policial	43
3. Prazos para a conclusão do inquérito policial	43
3.1 Crimes de competência da Justiça Estadual (atribuição da Polícia Civil Estadual)	43
3.1.1 Indiciado preso	44
3.1.1.1 Ausência de referência à prisão temporária	44
3.1.2 Indiciado solto	44
3.1.3 Marco inicial da contagem do prazo	44
3.1.4 Natureza jurídica do prazo	45
3.2 Crimes de competência da Justiça Federal (atribuição da Polícia Federal)	45
3.3 Crimes contra a economia popular	45
3.4 Crimes da Lei de Drogas	45
3.5 Crimes de competência da Justiça Militar (atribuição da Polícia Militar)	45
3.6 Crimes da Lei Raul Jungmann	45
3.7 Quadro sinótico dos prazos para a conclusão do inquérito policial	46
4. Destinatários do inquérito policial	46

Subseção II - Atribuições do Ministério Público posteriores ao inquérito policial	46
1. Nos crimes de ação penal pública	46
2. Nos crimes de ação penal privada	46
3. Acordo de não-persecução penal (ANPP)	46
Capítulo IV - Arquivamento do Inquérito Policial	49
Seção I - Disposições preliminares	49
1. Indisponibilidade à autoridade policial	49
2. Arquivamento em crime de ação penal privada	49
Seção II - Evolução legislativa e jurisprudencial	49
1. Redação original do Código de Processo Penal	49
2. Redação dada pelo Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019)	49
3. Enfrentamento do tema pelo STF	49
4. Reflexos da nova redação pela interpretação do STF	50
Seção III - Espécies de arquivamento	50
1. Arquivamento autêntico	50
2. Arquivamento implícito ou tácito	50
3. Arquivamento indireto	50
4. Arquivamento originário	51
5. Arquivamento definitivo	51
6. Arquivamento provisório ou precário	51
Seção IV - Força (carga) da decisão de arquivamento	51
1. Coisa julgada formal	51
2. Coisa julgada formal-material	51
Seção V - Recursos da decisão de arquivamento	52
1. Ao Poder Judiciário	52
2. Ao Ministério Público	52
Capítulo V - Disposições Finais	53
1. Investigação ou oferecimento da denúncia posteriores ao arquivamento do inquérito policial	53
2. Trancamento do inquérito policial	53
Capítulo VI - Atuação do Advogado	54
1. Medidas para impulsionar a instauração do inquérito policial	54
2. Medidas cabíveis do indeferimento de instauração	54
3. Medidas em caso de negativa de acesso aos autos do inquérito policial	55
4. Medida para garantir contato com o investigado preso	55
5. Medida para garantir realização de exame de corpo de delito	55
6. Medida para assegurar o direito de não-comparecimento	55
7. Medida para assegurar a restituição de objetos que não interessam à persecução criminal	55
8. Medida para impedir o indiciamento	55
9. Medida para promover o trancamento de inquérito policial	55
Obras consultadas e/ou citadas	56